

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

Sufrimento psíquico na totalidade capitalista: experiências de mulheres

Tahiana Alves

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4674>

Submetido em: 2022-08-28

Postado em: 2022-08-31 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

SOFRIMENTO PSÍQUICO NA TOTALIDADE CAPITALISTA: experiências de mulheres
PSYCHIC SUFFERING IN THE CAPITALIST TOTALITY: women's experiences

Tahiana Meneses Alves

<https://orcid.org/0000-0003-1019-8746>

Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade do Minho

RESUMO: Foram analisadas experiências de mulheres com o próprio sofrimento psíquico a partir de entrevistas com dez usuárias de um serviço de saúde mental. A análise foi fundamentada no método de Marx e na Teoria da Reprodução Social. O sofrimento psíquico foi atribuído a conflitos na família; à vida amorosa; à pobreza e seus desdobramentos; à regulação do corpo feminino; às múltiplas violências sofridas.

Palavras-chave: Saúde Mental; Mulheres; Capitalismo

ABSTRACT: Experiences of women with their own psychic suffering were analyzed based on interviews with ten users of a mental health service. The analysis was based on Marx's method and on the Theory of Social Reproduction. Psychic suffering was attributed to conflicts in the family; to love life; to poverty and its consequences; to female body regulation; to the multiple violence suffered.

Keywords: Mental Health; Women; Capitalism

INTRODUÇÃO

O estudo analisa as experiências de mulheres quanto ao próprio sofrimento psíquico. O contexto mais amplo onde se desenrolam as experiências é o da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB). Esta é um processo social complexo que ocorre no país desde a década de 1970 no sentido de romper com o modelo tradicional de assistência em saúde mental (AMARANTE, 2013) – predominantemente hospitalocêntrico, de isolamento, biologizante/medicamentoso e cronicador.

Os direcionamentos realizados pelo paradigma reformista e desinstitucionalizante descortinam a complexidade do campo da saúde mental. Este reúne, para além das determinações biológicas, determinações sociais, econômicas, culturais, etc. Pessoas em sofrimento psíquico devem ser vistas na sua integralidade, para além da doença e dos sintomas. O sofrimento não é algo reduzido ao indivíduo, mas atravessado por relações sociais hierárquicas de classe, raça e gênero em suas articulações que sustentam a

totalidade capitalista. Foi dessa perspectiva que analisamos as experiências de sofrimento psíquico entre mulheres, tentando apreender a dialética entre universal, particular e singular sob a chave da categoria totalidade como um dos pontos principais no método em Marx (MORAES, 2021).

A pesquisa teve caráter qualitativo. A técnica de recolha de informações foi a entrevista de história de vida, que permite captar a relação dialética entre o universal e o singular (FERRAROTI, 1993). Foram entrevistadas dez mulheres a partir dos seguintes critérios: ter de 18 anos para cima; ser diagnosticada com transtorno mental e realizar tratamento em saúde mental há, pelo menos, doze meses; estar em condições de dialogar; participação voluntária. O acesso às entrevistadas se deu num Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II) num município do nordeste brasileiro. Todas pertenciam às classes trabalhadoras. Possuíam renda familiar de até 3 salários mínimos e a maioria possuía baixa escolaridade. Variavam quanto à cor da pele autodeclarada (a maioria, negras), à idade (entre 28 e 56 anos), à ocupação (trabalhadoras domésticas, donas de casa, zeladoras, faxineiras, assistentes administrativas, bordadeiras), à religiosidade (católicas, evangélicas, espíritas, umbandistas, sem religião), ao estatuto conjugal (casadas, em união estável, separadas, namorando, solteiras), à composição familiar (sem filhos ou com até sete filhos), à orientação sexual (heterossexuais e homossexuais).

Cada entrevistada teve acesso e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O estudo foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado sob o protocolo de nº. 2.311.181 pelo comitê de ética da universidade da região onde foi realizado por estar em conformidade com as exigências do Conselho Nacional de Saúde.

2 TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: suporte analítico

Recorremos ao suporte da Teoria da Reprodução Social (TRS). Possui base marxista e dá continuidade ao que algumas feministas marxistas como Lise Vogel (2013) vinham sistematizando desde as décadas de 1970 e 1980: o argumento central de que a produção de bens e serviços (de mercadorias e, portanto, de valor) no âmbito da economia formal e a produção da vida (de pessoas) fora da economia formal constituem duas faces de um mesmo processo. Não constituem uma dicotomia na qual uma se localiza na base econômica e a outra na superestrutura política, mas compõem a totalidade social como síntese de múltiplas determinações (BHATTACHARYA, 2019; MORAES, 2021; RUAS, 2021). A TRS esforça-se para direcionar a teoria social de Marx na compreensão das relações econômicas e “extraeconômicas”. Busca entender como relações de opressão de

gênero e de raça são produzidas de forma simultânea e imbricada à produção de mais-valia (MORAES, 2021).

A TRS parte, portanto, de uma perspectiva unitária das relações sociais sob o capitalismo – este é um complexo de relações de exploração, dominação, opressão e alienação que se associam de forma integrativa, ontológica. Todas estão subordinadas à lógica do valor (RUAS, 2021). Formam uma unidade diversa, dialética, uma totalidade que subverte a maioria das coisas em mercadoria visando o lucro. Capitalismo, racismo e patriarcado constituem, assim, um único sistema de dominação-exploração (ARRUZZA, 2015). O processo de acumulação primitiva do capital está organicamente relacionado com o patriarcado e o racismo. Eventos históricos como a separação dos trabalhadores camponeses dos meios de produção, a urbanização das cidades, a caça às bruxas na Europa, os genocídios indígena e negro na “descoberta” do “novo mundo” e o trabalho escravizado foram partes de um mesmo processo (ARRUZZA, 2015; FEDERICI, 2017).

Um ponto importante do processo de consolidação do capitalismo é que este separou “lugar de produção” e “família”. Claro que isso aconteceu de modo particular nos vários países, mas, de modo geral, com a expropriação de terras, a família patriarcal deixou de estar relacionada diretamente com a esfera da produção e foi relegada ao âmbito privado, passando a ser responsável pela esfera da reprodução (biológica e social) (ARRUZZA, 2015). No interior dessa nova configuração de família, às mulheres foi relegado o trabalho reprodutivo privado (FEDERICI, 2017). E isso até hoje é fundamental para a reprodução do sistema como um todo. Neste, quase tudo é submetido à mercadorização, sendo a força de trabalho a mercadoria mais importante. É a única que gera mais-valor e produz todas as outras mercadorias. Mas aqui entra um questionamento fundamental da TRS:

Se a força de trabalho produz valor, como a força de trabalho é, ela mesma, produzida? Certamente os trabalhadores não brotam do chão e chegam ao mercado frescos e prontos para vender sua força de trabalho para o capitalista [...] a chave do sistema, nossa força de trabalho, é, na verdade, ela mesma produzida e reproduzida fora da produção capitalista, num local baseado em laços de parentesco chamado família (BHATTACHARYA, 2019, p. 102).

O trecho acima expressa a reprodução social como a manutenção e a reprodução da vida em nível diário e geracional. Corresponde à forma como o trabalho necessário (físico, emocional e mental) para produzir a população é organizado socialmente: quem gesta e dá à luz, amamenta, prepara a comida, educa os jovens, cuida dos idosos e dos doentes, realiza os afazeres domésticos e como são organizadas as questões de sexualidade (ARRUZZA, 2015). A TRS amplia, portanto, a categoria trabalho dentro da tradição marxista, pois considera tão importante quanto o trabalho produtivo, o trabalho reprodutivo:

A força de trabalho, em grande parte, é reproduzida por três processos interconectados: 1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra. 2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção – isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego. 3. Reprodução dos trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz (BHATTACHARYA, 2019, p. 103).

As atividades acima são realizadas, sobretudo por mulheres, nos lares e nas comunidades através do trabalho doméstico não remunerado – sem qualquer cobrança para o sistema. Mesmo que não produzam valor diretamente, são fundamentais para a exploração de mais-valia. Mas vale destacar, adverte Arruzza (2015), que a noção de reprodução social é mais ampla que a de trabalho doméstico gratuito porque também engloba práticas sociais e tipos de trabalho que vão além das paredes dos lares. Uma parte do trabalho de reprodução social vem das relações familiares, mas outra vem do mercado e do Estado em troca de um salário. Basta pensar na esfera dos serviços privados ou públicos em hospitais, escolas, asilos, orfanatos, no setor alimentício ou da limpeza, do trabalho doméstico remunerado, entre outros.

Nessa perspectiva, o capitalismo é uma ordem social que mescla exploração e opressão. Para extrair mais-valia, precisa dominar/oprimir por intermédio do gênero, da raça, da sexualidade. É possível visualizar no cotidiano a divisão sexual, racial e internacional do trabalho. Nela, o trabalho de reprodução tem seu valor rebaixado além de ser ocultado como parte da base material do sistema. Isso faz parte da estratégia capitalista de ter o mínimo de ônus. Seja através do trabalho doméstico gratuito ou do trabalho mal remunerado, é conveniente para o capital manter a exploração/dominação/opressão sobre as mulheres porque são elas quem majoritariamente produzem a força de trabalho a ser explorada pelo capital. Enquanto atividade humana prática que sustenta o sistema, o trabalho é corporificado (racializado e generificado). Mesmo que o racismo ou o patriarcado existam como totalidades parciais, estão ontologicamente integrados com as outras partes e o todo, que é o sistema único capitalista (MORAES, 2021; RUAS, 2021). Como aponta Ruas (2021), o capitalismo como uma abstração não existe de fato. Apenas existe o capitalismo racializado e patriarcal.

Depois dessa breve exposição com base na TRS, voltemos ao objeto de estudo: experiências de mulheres com o sofrimento psíquico. Partilhamos da ideia de que a saúde mental é amplamente atravessada por determinações variadas (biológicas, psicológicas, sociais), apesar de o discurso com mais autoridade a respeito da matéria – a psiquiatria hegemônica de cunho biologizante – enfatize a “química” dos processos mentais. Sob essa perspectiva, não há (ou se há, não é considerada na sua devida importância), uma causa

social sistêmica que esteja por trás do adoecimento. Contrariando esta tendência, concordamos com Fisher (2020) quando o autor afirma que o capitalismo é essa causa social sistêmica. É desse ponto que partimos para argumentar como a saúde mental de mulheres tem sido profundamente prejudicada nesse capítulo ultraneoliberal e ultraneoliberal do capitalismo contemporâneo.

3. TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO: experiências de mulheres

O estudo teve como pergunta de partida: “como mulheres explicam o próprio sofrimento psíquico?”. A ideia foi, com base no psiquiatra italiano Basaglia, colocar a doença “entre parênteses” para se ocupar do sujeito e sua experiência (AMARANTE, 2013). A partir das histórias de vida, identificamos que todas as entrevistadas, independente de considerarem ou não doença, atribuíram uma ou mais “causas” à sua condição. Essas concepções etiológicas englobaram acontecimentos e interações das vidas cotidianas das mulheres. Nelas, percebemos a presença de relações hierarquizadas de gênero, classe e raça.

3.1 Contexto familiar

O contexto da família surgiu nos relatos de entrevistadas associado com o sofrimento psíquico. Foram descritas situações relativas ao relacionamento entre mães e filhas/os. No geral, elas se chocaram com um “dispositivo materno” (ZANELLO, 2018), isto é, o processo que interpela mulheres a existirem focadas no “outro”. Surgiu não apenas entre as entrevistadas que eram mães, mas também entre as que eram filhas. Nesses casos, houve a fragilização ou o rompimento dos laços mãe-filhas/os (pela ausência do “amor materno”, gerada pela morte da mãe; pela morte do filho; pelas brigas constantes entre mãe-filhas/os). Também foram relatadas situações de angústia quanto ao ato de maternar (relato sobre pressões familiares para engravidar e cuidar de um bebê; culpa por não conseguir cuidar dos/as filhas; “depressão pós-parto”). Foram ainda relatadas os significados negativos em torno de ser “mãe solteira”, que, de algum modo, rompe com os “papéis” destinados às mulheres na família burguesa e na dinâmica mais ampla da reprodução social.

Também foram relatadas relações hierárquicas familiares que colocam as mulheres em lugares subordinados. Na relação “filha-pai” ou “irmã-irmãos do sexo masculino”, por exemplo, são elas: as vigiadas quanto à sua sexualidade pelos homens da casa; alvos de expectativas modestas por parte dos pais quando comparadas aos irmãos do sexo

masculino; as que têm seus próprios sonhos e expectativas ridicularizados e/ou infantilizados (como o sonho de ter um computador e ou de estudar).

Por fim, quanto ao contexto familiar, identificamos entre algumas entrevistadas a sobrecarga extenuante de trabalho doméstico. Elas eram as principais responsáveis pelos afazeres no lar (limpar, cozinhar, lavar, passar, etc) e pelo cuidado com outros familiares. Algumas ainda precisavam conciliar este trabalho com um trabalho informal fora de casa. A sobrecarga física gera uma sobrecarga psíquica.

Como visto, a TRS destaca a reprodução social como esfera fundamental à sustentação do modo de produção capitalista. A capacidade biológica das mulheres das classes trabalhadoras de gerar filhos (e, portanto, novos produtores/as diretos/as e novas reproduzidas) tem franca relação com a esfera produtiva (VOGEL, 2013). Não é surpresa que o sistema empreenda vários artifícios, muitos destes legitimados/desempenhados pelo Estado, para controlar todas as frações das classes trabalhadoras de modo a continuar se reproduzindo socialmente. Algo fundamental é a exaltação (com todos os “padecimentos no paraíso”) do papel materno no interior da família construída conforme os preceitos burgueses, a nuclear, que engloba o casal heterossexual e seus filhos.

O que as mulheres deste estudo – mães e esposas, sobretudo, mas também irmãs, cunhadas e avós – realizam é trabalho reprodutivo sob baixo ou nenhum custo para o capital. São elas que produzem a força de trabalho como a mercadoria mais valiosa do sistema, seja limpando a casa, cozinhando, educando, oferecendo cuidados psíquicos, cuidando de crianças ou adultos fora do mercado de trabalho, parindo e amamentando (BHATTACHARYA, 2019). Mas tudo isso é trabalho duro, cansativo, invisível, sem remuneração e naturalizado como amor. Por vezes é somado ao trabalho fora do lar, visto que algumas entrevistadas são as suas principais provedoras, o que aponta para uma jornada de trabalho dupla ou tripla. É adoecedor. As mulheres das classes trabalhadoras, com a particularidade da raça para as mulheres negras, são as mais superexploradas numa conjuntura neoliberal que ataca ferozmente qualquer serviço público e direitos sociais, jogando a responsabilização do cuidado para as famílias.

3.2 A vida amorosa

O sofrimento psíquico foi atribuído por algumas entrevistadas às decepções no contexto de relações amorosas heterossexuais. Estas são mediadas por um dispositivo amoroso, que, segundo Zanello (2018), coloca o amor como fator identitário para as mulheres: ser escolhida por um homem legitima o seu valor. Identificamos a noção de “amor romântico” expressa em diversas situações: na frustração com a ideia do “felizes para

sempre”; na ocasião de viver um “casamento arranjado”; na ideia da compulsoriedade e perenidade do casamento, em especial para mulheres de faixas etárias mais avançadas. Houve aquelas que sofreram com a infidelidade ou a violência praticadas por seus companheiros. Apesar disso, algumas não romperam o relacionamento e outras demoraram a fazê-lo. Para tal, foram identificados elementos diversos: a crença na qual o amor envolve obstáculos que devem ser superados (no caso, a traição ou a violência); a separação vista enquanto um fracasso social; mesmo na “falta de amor”, a conveniência em manter relações utilitárias/fraternais com os companheiros.

De acordo com Giddens (1992), o ideal do amor romântico surgiu pelo fim do século XVIII e ainda hoje influencia como as pessoas vivenciam suas relações amorosas. Nele, o elemento do ardor sublime tem a tendência de se destacar mais que o elemento do ardor sexual. Surge para ambos os sexos e torna a pessoa amada “especial” – mas é amplamente disseminado entre as mulheres, pois elas ainda são as que mais continuam a se inserir no mundo externo (fora da casa da família de origem) a partir do estabelecimento de ligações amorosas. Enquanto uma construção sociohistórica, o amor romântico é uma ideologia típica da consolidação do capitalismo e também expressa a separação entre as esferas da produção e da reprodução. Para autoras marxistas como Kollontai (2018), ele reforça o patriarcado, visto que impõe às mulheres os sacrifícios envolvidos para a sua manutenção. No fundo, ele reforça a família burguesa, imprescindível para a continuidade da ordem do capital, mas reprodutora de desigualdades.

3.3 Pobreza e seus desdobramentos

Outra “causa” de sofrimento psíquico apontada por mulheres teve relação com a pobreza e seus diversos desdobramentos. O mais imediato é a privação material. Algumas entrevistadas chefiavam seus lares, tendo sobre si aprofundadas a responsabilidade por arcar com a subsistência de seus familiares. Outras entrevistadas referiram a insegurança alimentar sempre à espreita. Outras haviam passado pela experiência de trabalho infantil durante a sua infância e adolescência, o que impactou o seu acesso à educação e ao lazer.

A pobreza também aponta para situações de desemprego ou de trabalho extremamente precarizado. Ademais, é atravessada por um prisma moral: algumas mulheres relataram o mal estar com o preconceito sofrido por serem pobres, inclusive por parte de outras mulheres em situação socioeconômica mais favorável, ainda que também pertencentes às classes trabalhadoras. Isso sugere que vivemos numa estrutura social onde as hierarquias de classe, raça e gênero parecem não ter fim. As feminilidades são transversalizadas.

Ironicamente, as mulheres são as que geralmente mais trabalham, mas também são as mais pauperizadas. Isso porque geralmente recebem menos nos locais de trabalho na economia formal, são as que mais preenchem os trabalhos informais e ainda desempenham o trabalho não pago em suas casas. As políticas capitalistas neoliberais na contemporaneidade expressam um quadro dramático: quanto mais sofrem cortes sociais, mais penalizadas são as mulheres. Como afirma Bhattacharya (2019), políticas voltadas para atender interesses da maioria das mulheres são as mesmas que prejudicam os lucros capitalistas. Não é interesse do sistema, portanto, ceder para que mulheres acessem mais direitos, pois qualquer mudança nas relações de gênero afeta seus lucros.

3.4 Regulação do corpo feminino

Algumas situações apontadas pelas entrevistadas como fragilizadoras da saúde mental evidenciam a regulação do corpo feminino. Em alguns relatos, essa regulação se deu através da aparência física, inclusive gerando vivências de *bullying* entre mulheres consideradas “gordas”, “magras ” ou “feias” demais. Em outros, a regulação ocorreu em torno da sexualidade feminina. A sexualidade engloba uma espécie de *script* que varia conforme questões de gênero, raça, classe. Os corpos que, por acaso, rompem com o *script* podem ser “punidos”. Mulheres descreveram uma série de situações que interpretamos enquanto rompimentos com uma vivência sexual (e a moral da família burguesa) dentro da totalidade capitalista: iniciar a vida sexual “muito cedo” (adolescente e/ou fora de um casamento); exercer sua sexualidade sem o estabelecimento de vínculos afetivos e/ou apenas pelo próprio prazer; engravidar e não receber o apoio do parceiro, passando a ser reconhecida como “mãe solteira”; estar na posição de “amante”. Algumas “punições” para esses rompimentos: sofrer violência motivada pelo fato de não ser vista socialmente enquanto mulher “de respeito”. Aqui, o estatuto de objeto sexual que pesa sobre qualquer mulher acaba se agudizando sobre as mulheres negras, historicamente preteridas pelo racismo, que tem como um de seus elementos o fetiche em torno dos corpos negros.

A reprodução social também está presente aqui. Por exemplo, ser considerada bonita ou feia ou exercer sua sexualidade não são questões apenas de gosto ou de decisão individual, mas determinadas pelo uso que o sistema faz dos corpos femininos.

3.5 Múltiplas violências

O sofrimento psíquico foi perspectivado por todas as entrevistadas face a diversas violências que vivenciaram no interior de relações próximas, perpetradas por (ex) maridos,

(ex) namorados, irmãos, cunhados, pais, irmãos, professores. Todas as tipologias especificadas pela lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) foram identificadas. A violência psicológica atravessou todas as situações descritas. A violência física tinha objetivos disciplinares sobre as posturas femininas (bater quando a entrevistada desobedecia a autoridade masculina de alguma forma) e, nalguns casos, envolveu tentativas de feminicídio. A violência moral envolvia xingamentos, deboches e humilhações, inclusive em situações públicas. A violência patrimonial foi identificada em situações nas quais a mulher tinha dificuldades de satisfazer as próprias necessidades materiais/espirituais por conta da interferência do ex marido. A violência sexual abarcou situações como o estupro na infância e adolescência; o estupro no namoro/casamento como expressão do “débito conjugal”, até quando elas estavam dormindo ou sob o efeito de medicamentos psicotrópicos; diversas situações de ameaça e culpabilização da vítima.

Para Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), a violência reflete dinâmicas contraditórias da família e da vida pessoal na sociedade capitalista. A violência contra as mulheres surge à primeira vista a partir das suas relações pessoais, mas é igualmente perpetrada por agentes do capital, o principal beneficiário do entrelaçamento entre exploração de classe e opressão de gênero.

CONCLUSÃO

As experiências de mulheres com o próprio sofrimento psíquico estão alinhavadas por um fio, o das relações sociais de gênero, raça e classe numa totalidade capitalista, tal como explana a TRS. Cada experiência ilustra a relação dialética entre o universal e o singular e se manifesta de maneira particular a partir da/e na sua realidade concreta. Cada experiência aponta ainda para a presença de encontros e desencontros entre as exigências de uma ordem social burguesa e o que acontece no plano cotidiano. Na sujeição ou na resistência, cumprindo ou desviando dos mandatos sociais, de maneira deliberada ou não, essas mulheres se deparam com interações e situações cotidianas que fragilizam a saúde.

Estudos que destacam o peso das determinações sociais da saúde mental podem contribuir para: ir além das explicações biologicistas/individualizantes da saúde mental; ir além do rótulo que é imposto às pessoas com transtornos mentais e frequentemente apaga as suas particularidades enquanto ser social; desmistificar ideias como a da vulnerabilidade biológica e/ou psicológica feminina como processos “naturais”; reforçar a importância de incluir os próprios “experientes” na elaboração de seus itinerários terapêuticos; por fim, ajudar a reconhecer que a luta por saúde mental passa pela luta contra o capitalismo e suas múltiplas opressões. Esses elementos têm afinidade com os princípios da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, pois valorizam o sujeito na sua cidadania, suas

relações sociais, a intersubjetividade, a experiência vivida com a doença, as determinações socioeconômicas no processo de saúde-doença e a aliança com a classe trabalhadora organizada.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre o gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro Revista*, n. 23, p. 33-58, 2015. [Consult.. 28 05 2022]. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/consideracoes-sobre-genero-reabrindo-o-debate-sobre-patriarcado-eou-capitalismo/>

ARRUZZA, Cinzia.; BHATTACHARYA, Tithi.; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%. Um Manifesto*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? *Outubro Revista*, n. 32, p 99-113, 2019. Consult.. 28 05 2022]. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf

BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERRAROTI, Franco. Sobre la autonomia del método biográfico. In: MARINAS, José Miguel; SANTAMARINA, Cristina (eds.). *La historia oral: método y experiencias*. Madrid: Debate, 1993.

FISHER, Mark. *Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

KOLLONTAI, Alexandra. A libertação da mulher. A família e o estado comunista. In: MARX, Karl.; ENGELS, Frederich.; LENINE, Vladimir.; KOLLONTAI, Alexandra. *Contributo para a história do feminismo*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2018.

MORAES, Lívia. Relação entre universal, particular e singular em análises feministas marxistas: por uma ontologia integrativa. *Plural*, 28(2), p. 132-158, 2021. [Consult.. 31 03 2022]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/184118>

RUAS, Rhayssa. Teoria da reprodução social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Direito e Práx.* 12(1), p. 380-415, 2021. [Consult.. 1 06 2022]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/vWvRLYxpS7r4hgYqs7xNFSt/?format=pdf&lang=pt>

VOGEL, Lise. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

TM Alves – metodologia, coleta e análise de dados, concepção e escrita do manuscrito.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.